

## ATA NÚMERO 50/XV/1.ª SL

Aos sete dias do mês de junho de 2023, pelas 11:00 horas, reuniu-se a Comissão de Educação e Ciência, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças, que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

### 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Audiência à plataforma Universidade Comum, para apresentação da mesma e do documento «Sobre a normalização de abusos e desigualdades, a precariedade e o modelo piramidal da Universidade portuguesa»

### 3. Aprovação de atas

- Reuniões da Comissão de 24 e de 30 de maio de 2023

### 4. Comunicações do Presidente

#### 4.1. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas

##### i. Projetos de resolução – generalidade

- [Projeto de Resolução n.º 711/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo a revisão e alteração do regime de mobilidade por doença
- [Projeto de Resolução n.º 714/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo a revisão e alteração do novo regime de gestão e recrutamento do pessoal docente
- [Projeto de Resolução n.º 725/XV/1.ª \(PCP\)](#) – A abertura de vagas necessárias para a vinculação de todos os docentes e educadores com mais de 3 anos de serviço

- [Projeto de Resolução n.º 737/XV/1.ª \(IL\)](#) – Garante a liberdade de escolha da escola para os alunos de cursos artísticos especializados
- ii. Projetos de resolução – Baixa para nova apreciação na generalidade
- [Projeto de Resolução n.º 476/XV/1.ª \(L\)](#) – Recomenda ao Governo a abolição de taxas de admissão a provas académicas
  - [Projeto de Resolução n.º 549/XV/1.ª \(PAN\)](#) – Recomenda ao Governo a eliminação das taxas e emolumentos nas instituições públicas de ensino superior para admissão a provas académicas de doutoramento
- iii. Projetos de resolução – especialidade
- [Projeto de Resolução n.º 657/XV/1.ª \(BE\)](#) – Criação de códigos de conduta e de uma estrutura independente de apoio à vítima e de denúncia em caso de assédio nas instituições de ensino superior
  - [Projeto de Resolução n.º 686/XV/1.ª \(IL\)](#) – Recomenda ao Governo que crie estratégias para debelar as situações de assédio moral e sexual no ensino superior
- 4.2. Pedidos de audiência
- 4.2.1. Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA)
- 4.2.2. Infraestruturas de investigação do Roteiro Nacional
- 4.3. Relatórios de audiências

4.4. Audição pública sobre a descentralização das competências na educação

5. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 685/XV/1.ª \(IL\)](#) – Recomenda ao Governo que reverta a decisão de manter as provas de aferição digitais para os alunos do segundo ano de escolaridade

6. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 669/XV/1.ª \(PCP\)](#) – Aprovação de novos modelos de avaliação dos alunos, assentes em princípios de avaliação contínua, eliminando os exames e revendo o regime de provas de aferição

7. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP do PSD para audição do Senhor Ministro da Educação, sobre as condições de realização das provas de avaliação externa

8. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP da IL para audição do Senhor Ministro da Educação, para prestar esclarecimentos relativos às provas de aferição

9. Outros assuntos

10. Data das próximas reuniões

---

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O Senhor Deputado Manuel Loff (PCP) solicitou antecipadamente o adiamento dos pontos 5 e 6 da Ordem do Dia e o Senhor Deputado Tiago Estevão Martins (PS) fez idêntico pedido em relação ao ponto 3.

A proposta de Ordem do Dia, com as alterações acima referidas, foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD e do CH, verificando-se a ausência da IL, do PCP e do BE.

2. Audiência à plataforma Universidade Comum, para apresentação da mesma e do documento «Sobre a normalização de abusos e desigualdades, a precariedade e o modelo piramidal da Universidade portuguesa»

O Presidente da Comissão, Deputado Alexandre Quintanilha, deu as boas-vindas aos representantes da plataforma e recordou a grelha de tempos da audiência.

Os representantes da plataforma, tendo presente a informação que remeteram no pedido de audiência (disponível na [página da Comissão](#)) referiram o seguinte, em síntese:

1. Há uma normalização de um conjunto de abusos e desigualdades na Universidade, em parte resultante da arquitetura institucional existente e discordam das declarações de desresponsabilização da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
2. Entendem que é necessário criar mecanismos de denúncia e apoio à vítima externos e independentes, com capacidade de intervenção e desenvolver mecanismos de cooperação entre todos os intervenientes;
3. Deverá ser dada formação sobre assédio moral e sexual a toda a comunidade académica;
4. Deverá ser obrigatória a publicitação dos códigos de conduta de cada instituição de ensino superior à sua comunidade educativa;
5. Deverá fazer-se a eleição dos provedores, do estudante e do investigador;
6. Defendem a elaboração de um plano nacional para a erradicação da precariedade científica;
7. E a criação de mecanismos para o cumprimento dos prazos fixados para entrega dos trabalhos abrangidos por bolsas de doutoramento.

Intervieram depois os Senhores Deputados Tiago Estevão Martins (PS), Cláudia André (PSD), Gabriel Mithá Ribeiro (CH) e Joana Mortágua (BE) que pediram esclarecimentos e se pronunciaram sobre a matéria.

Na sequência das questões e observações expressas pelos Senhores Deputados, os representantes da plataforma referiram o seguinte, em síntese:

1. Pode haver uma visão integrada dos problemas do ensino superior;
2. Há situações de assédio na investigação e também em relação aos alunos, havendo influência do regime jurídico das instituições do ensino superior, que gerou um regime piramidal;
3. A Ministra remeteu o problema para as instituições, mas entendem que deve haver coordenação da mesma;
4. Entendem que a comissão para a elaboração de uma Estratégia de Prevenção do Assédio nas Instituições de Ensino Superior, anunciada pelo Governo, deve ser equidistante em relação às instituições;
5. A autonomia é essencial para as instituições, mas é necessário repensar o modelo, equacionar para que serve a universidade, reponderar o sistema, a nível de financiamento, os modelos de funcionamento em comunidade, numa visão integrada, que permita repensar o sistema globalmente;
6. Mais segurança no trabalho gera mais produtividade científica.

A gravação da audição e documentação complementar estão disponíveis na [página da Comissão](#), pelo que se dispensa maior desenvolvimento na ata.

### 3. Aprovação de atas

Adiado a pedido do PS.

### 4. Comunicações do Presidente

#### 4.5. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas

- i. Projetos de resolução – generalidade

O Senhor Presidente da Comissão informou que o [Projeto de Resolução n.º 711/XV/1.ª \(PAN\)](#) – *Recomenda ao Governo a revisão e alteração do regime de mobilidade por doença* – e o [Projeto de Resolução n.º 714/XV/1.ª \(PAN\)](#) – *Recomenda ao Governo a revisão e alteração do novo regime de gestão e recrutamento do pessoal docente* - baixaram em 24/05/2023 à Comissão e a Senhora Deputada do PAN comunicou que pretende a sua discussão no Plenário.

Referiu depois que o [Projeto de Resolução n.º 725/XV/1.ª \(PCP\)](#) – *Abertura de vagas necessárias para a vinculação de todos os docentes e educadores com mais de 3 anos de serviço* - baixou em 24/05/2023 à Comissão e se aguarda que o PCP informe se pretende a sua discussão na Comissão ou no Plenário.

Indicou de seguida que o [Projeto de Resolução n.º 737/XV/1.ª \(IL\)](#) – *Garante a liberdade de escolha da escola para os alunos de cursos artísticos especializados* - baixou a 31/05/2023 à Comissão e a IL pretende a sua discussão na Comissão, previsivelmente no dia 28 deste mês.

ii. Projetos de resolução – Baixa para nova apreciação na generalidade

O Senhor Presidente indicou que o [Projeto de Resolução n.º 476/XV/1.ª \(L\)](#) – *Recomenda ao Governo a abolição de taxas de admissão a provas académicas* – e o [Projeto de Resolução n.º 549/XV/1.ª \(PAN\)](#) – *Recomenda ao Governo a eliminação das taxas e emolumentos nas instituições públicas de ensino superior para admissão a provas académicas de doutoramento* – foram discutidos na generalidade em 21/4/2023, tendo baixado, sem votação, para nova apreciação na generalidade, por 60 dias (prazo que termina no dia 20/6/2023), tendo sido recolhidos contributos sobre os mesmos da parte da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, da Federação Nacional de Associações de Estudantes do Ensino Superior Politécnico, do Conselho Nacional de Educação, do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos e do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas.

Questionou depois se pretendiam desenvolver mais algum procedimento no âmbito da nova apreciação ou se os projetos de resolução podiam ser remetidos para votação na generalidade na sessão plenária.

Dado que os autores não se tinham pronunciado, consensualizou-se reiterar-lhes o pedido de pronúncia e se não for recebida resposta, na reunião da Comissão de 14/6/2023 deliberar enviá-los para votação na generalidade na sessão plenária.

iii. Projetos de resolução – especialidade

Por último, deu conta de que o [Projeto de Resolução n.º 657/XV/1.ª \(BE\)](#) – *Criação de códigos de conduta e de uma estrutura independente de apoio à vítima e de denúncia em caso de assédio nas instituições de ensino superior* – e o [Projeto de Resolução n.º 686/XV/1.ª \(IL\)](#) – *Recomenda ao Governo que crie estratégias para debelar as situações de assédio moral e sexual no ensino superior* – foram aprovados na generalidade na reunião plenária de 02/06/2023 e baixaram no mesmo dia à Comissão para apreciação na especialidade, tendo questionado qual a tramitação que se pretendia adotar e informando que o BE estava a equacionar articular com a IL a apresentação de um texto conjunto dos 2 projetos de resolução, para apreciação pela Comissão.

Dado que as Deputadas autoras dos 2 projetos de resolução se encontravam ausentes, foi consensualizado adiar a apreciação deste ponto para a reunião de 14/6/2023.

4.6. Pedidos de audiência

4.6.1. Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA)

Apreciado o pedido de audiência da Associação para apresentação de propostas de discussão entre jovens e Deputados relativas ao projeto «[Vamos Cuidar do Planeta](#)», a realizar conjuntamente com a Comissão de Ambiente e Energia na 3.ª ou 4.ª semana de setembro e tendo presente a [reunião idêntica realizada em 14/6/2022](#), foi deliberado conceder a audiência nos termos solicitados, sendo a data acertada posteriormente entre as 2 Comissões e a entidade.

4.6.2. Infraestruturas de investigação do Roteiro Nacional

Apreciado o pedido de audiência, com o objetivo de dar a conhecer preocupações pela falta de investimento em infraestruturas de investigação e instrumentação que condiciona a capacidade competitiva e de realizar compromissos internacionais no âmbito dos Centros de Informação sobre Recursos Educativos (ERICs) em que Portugal participa, foi decidido realizá-la numa próxima reunião da Comissão.

#### 4.7. Relatórios de audiências

Os relatórios das audiências à delegação da Junta de Freguesia de Ramalde, para apresentarem o Projeto «Semear Cidadania», sobre o tema «Sustentabilidade» e aos finalistas do Global Teacher Prize Portugal foram aprovados por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD e do CH, verificando-se a ausência da IL, do PCP e do BE.

#### 4.8. Audição pública sobre a descentralização das competências na educação

O Senhor Presidente da Comissão lembrou que a audição está agendada para 4/7/2023, às 15h00, na Sala do Senado, que o PCP, o CH e o PSD propuseram que fossem convidadas as entidades abaixo referidas e pediu aos restantes que apresentassem as respetivas propostas.

PCP	FNSTFPS - Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais
CH	ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses
	CONFAP – Confederação Nacional das Associações de Pais
PSD	Hélder Silva - Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Presidente dos Autarcas Sociais Democratas
	Manuel Pereira - ANDE - Associação Nacional de Dirigentes Escolares
	Filinto Lima - ANDAEP - Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas

Solicitou ainda que se pronunciassem sobre o formato da audição, nomeadamente se pretendiam que as entidades fizessem as respetivas intervenções e depois houvesse debate entre todos, incluindo os Senhores Deputados.



Na sequência da proposta do Senhor Deputado Tiago Estevão Martins (PS), que recolheu o apoio de todos, foi consensualizado constituir um grupo de Deputados coordenados pelo Senhor Presidente da Comissão para organizar a audição, tendo sido desde logo indicados os Senhores Deputados Catarina Lobo (PS), António Cunha (PSD) e Gabriel Mithá Ribeiro (CH).

O Senhor Presidente reiterou o pedido aos GP de remessa urgente de proposta de entidades a convidar (aos que ainda não a tinham remetido), para depois marcar uma reunião para decidirem o formato da audição.

5. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 685/XV/1.ª \(IL\)](#) – Recomenda ao Governo que reverta a decisão de manter as provas de aferição digitais para os alunos do segundo ano de escolaridade

Adiado a pedido do PCP.

6. Discussão do [Projeto de Resolução n.º 669/XV/1.ª \(PCP\)](#) – Aprovação de novos modelos de avaliação dos alunos, assentes em princípios de avaliação contínua, eliminando os exames e revendo o regime de provas de aferição

Adiado a pedido do PCP.

7. Discussão e votação do [requerimento](#) apresentado pelo GP do PSD para audição do Senhor Ministro da Educação, sobre as condições de realização das provas de avaliação externa

O Deputado António Cunha (PSD) fundamentou a apresentação do requerimento e realçou a importância de se ouvir o Ministro da Educação sobre as condições de realização das provas de avaliação externa e as medidas adotadas na sequência das mesmas.

O Senhor Deputado Tiago Estevão Martins (PS) referiu que dado que o Senhor Ministro tinha estado na sessão plenária no dia anterior, com uma grelha alargada, tendo

prestado esclarecimentos também sobre esta matéria, propunha que a sua audição fosse feita depois do término das provas de aferição, ou seja, após 28/6/2023, inclusive.

O Senhor Deputado António Cunha (PSD) argumentou que o requerimento foca ainda mais 2 temas.

Após debate, o requerimento, com a proposta de a audição ser feita após 28/6/2023, inclusive, foi aprovado por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD e do CH, verificando-se a ausência da IL, do PCP e do BE.

#### 8. Discussão e votação do [requerimento](#) apresentado pelo GP da IL para audição do Senhor Ministro da Educação, para prestar esclarecimentos relativos às provas de aferição

Dado que o requerimento da IL tratava de matéria idêntica à do PSD, com o acordo da Senhora Deputada Carla Castro (IL), que se encontrava ausente por estar a participar numa deslocação oficial no âmbito da Comissão do Trabalho, Segurança Social e Inclusão, passou-se à sua votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade pelos Deputados do PS, do PSD e do CH, verificando-se a ausência da IL, do PCP e do BE.

Nesta sequência, foi consensualizado que atentas as dificuldades de agenda dos trabalhos parlamentares, a data da audição conjunta, com base nos 2 requerimentos, fosse acertada com o Senhor Ministro, podendo ter lugar numa quarta-feira ou numa quinta-feira, às 13h30 ou depois da sessão plenária, a partir de 28/6, inclusive.

#### 9. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

#### 10. Data das próximas reuniões

Foi consensualizado que a reunião seguinte da Comissão seria no dia 14 de junho de 2023, às 14h00 e seriam convocados os peticionários da [Petição n.º 143/XV/1.ª](#), Pela

*cessação do Projeto MAIA* (apresentada por Dália Cristina da Costa Gonçalves Pereira Aparício, com 13166 assinaturas, de que é relatora a Deputada Inês Barroso, do PSD), para ser feita a respetiva audição, caso haja disponibilidade dos mesmos.

O Senhor Presidente da Comissão informou ainda que no dia 21 de junho de 2023, a partir das 09h30, o Grupo de Trabalho de Acompanhamento do Plano de Recuperação das Aprendizagens fará uma visita ao Agrupamento de Escolas «A Lã e a Neve», na Covilhã.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12h30, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 07 de junho de 2023.

O Presidente da Comissão,

(Alexandre Quintanilha)

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Santa (PS)  
Alexandre Quintanilha (PS)  
Ana Isabel Santos (PS)  
Bruno Aragão (PS)  
Catarina Lobo (PS)  
Eduardo Alves (PS)  
Lúcia Araújo Da Silva (PS)  
Porfírio Silva (PS)  
Tiago Estevão Martins (PS)  
António Cunha (PSD)  
Cláudia André (PSD)  
Germana Rocha (PSD)  
Inês Barroso (PSD)  
Maria Emília Apolinário (PSD)  
Sónia Ramos (PSD)  
Gabriel Mithá Ribeiro (CH)  
José Carlos Alexandrino (PS)  
Rosário Gambôa (PS)  
António Topa Gomes (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Joana Barata Lopes (PSD)  
Rui Cruz (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Fernando José (PS)  
Palmira Maciel (PS)  
Rosa Venâncio (PS)  
Carla Castro (IL)  
Manuel Loff (PCP)  
Joana Mortágua (BE)  
Maria João Castro (PS)